

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Kochenborger Scarparo, Helena Beatriz; de Fátima Guareschi, Neuza Maria
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
Psicologia & Sociedade, vol. 19, núm. 2, 2007, pp. 100-108
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326391024>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

RESUMO: O presente texto aborda questões relativas à construção da psicologia social comunitária no Brasil e as interfaces deste processo histórico com a formação profissional. Para tanto, apóia-se em dados sobre o contexto histórico e social brasileiro no decorrer da efetivação das práticas psicológicas em comunidades. Finalmente, o estudo propõe reflexões quanto ao descompasso entre a formação e os fenômenos sociais contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Preparação profissional; Psicologia Social Comunitária; práticas sociais.

COMMUNITY SOCIAL PSYCHOLOGY AND PROFESSIONAL PREPARATION

ABSTRACT: The following paper approaches issues related to the Community Social Psychology's construction in Brazil and the interactions of this historical process with the professional preparation. For this purpose, the Brazilian historical and social context is taken into consideration in order to reach effective psychological practices in communities. In addition, it associates Community Social Psychology's characteristics with the professional preparation and the Psychology's construction. Finally, this paper considers reflections about the professional preparation and contemporaries social phenomena.

KEYWORDS: Professional preparation; Community Social Psychology; social practices.

Demarcando Territórios: Registros dos Diferentes Caminhos da Instituição da Psicologia no Brasil

A profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil em 1962. Pouco tempo antes do Golpe Militar que condenou o País a um longo período ditatorial. Na época, as práticas psicológicas se consolidaram sob a influência de ideologias desenvolvimentistas, pautadas pela repressão política e pelo patrulhamento ideológico, que caracterizaram o Brasil ao longo de quase três décadas de ditadura explícita.

A decorrência imediata desses fatos nas práticas psicológicas e, obviamente, na formação profissional foi o predomínio de abordagens individualistas, descontextualizadas e apoiadas em modelos abstratos de seres humanos. Tais modelos eram tomados como medidas para a realização e avaliação das ações o que engendrou processos de normatização e de controle das pessoas e contribuiu para a naturalização das expressões de violência e repressão. Assim, este cenário favorecia o uso da psicologia para a articulação de espaços de exclusão social e de adaptação dos "desviantes", transformando práticas em instrumentos de controle ideológico.

Especialmente a classe média brasileira era atingida por esse processo, pois a ideologia desenvolvimentista causava na população brasileira "um profundo conformismo político", além da "produção de subjetividades consumistas" (Coimbra, 1995, p. 56). Nesta ótica era evidente a predominância de perspectivas individualis-

tas também na produção do conhecimento e nas práticas psicológicas. Como afirmou Campos (1992), a psicologia contribuía, em algumas ocasiões, como ferramenta ideológica, com potencial de tornar os mecanismos sociais vigentes obscuros, através da legitimação da desigualdade, com argumentos "pretensamente universais e neutros" (p. 125).

O controle e a repressão dos movimentos sociais organizados, através do regime ditatorial, protelaram a adoção de posicionamentos críticos de grande parte dos cidadãos quanto à realidade brasileira seja pelos processos de alienação patrocinados pela ditadura, seja pelo medo de ser alvo das perseguições políticas.

Na esfera da psicologia, a análise de documentos e publicações relativas a esse período histórico explicitou expectativas predominantes em relação ao profissional da época. O trabalho do psicólogo era definido a partir da clínica individual, da tarefa de avaliação psicológica e do acompanhamento de dificuldades de aprendizagem nas escolas. Também são mencionados e dos trabalhos de consultoria, recrutamento e seleção no contexto das empresas. Tratava-se de um período no qual o exercício da psicologia, em expressiva escala, se adequava às necessidades políticas e econômicas do governo militar ditatorial vigente (Scaparo, 2005).

Neste contexto, a liberdade só poderia ser pensada no nível imaginário e intrapsíquico, ou seja, o desejo não deveria transpor as fronteiras da individualidade para ater-se às circunstâncias da vida macro social. Em relação a isso, é interessante observar que as opções de leituras

oferecidas nos cursos de psicologia referenciavam predominantemente textos que potencializassem a noção de indivíduo como parâmetro para a compreensão do ser humano (Dias, 2001).

Nos cursos de graduação de diferentes áreas, a reforma universitária e o patrulhamento ideológico característicos da época, pautaram as diretrizes curriculares e o cotidiano das academias. Era comum que, por medo de represálias, alguns professores universitários de disciplinas cujo conteúdo fundamentava-se em abordagens políticas, usassem códigos para comunicar-se com os estudantes, pois não podiam expressar livremente suas idéias, sob pena de serem perseguidos politicamente (Scarpato, 2005). Por exemplo, nessa época, nas salas de aula, “classe dominante virou minoria que está no vértice da pirâmide social” (Porto, 1999, p. 634).

Nas aulas de Psicologia Social, por exemplo, predominavam os aportes de teorias positivistas que privilegiavam a descrição de pesquisas que utilizavam escalas, grupos de controle e experimentais, visando adaptação de indivíduos à sociedade. De algum modo, eram aventadas as possibilidades de prever e generalizar comportamentos, através da medição e da análise dos fenômenos psicológicos. Desse modo, exacerbavam-se as crenças na legitimação do controle da sociedade, através das práticas psicológicas.

Nessa época existiam referenciais teóricos cuja bibliografia era proibida no Brasil e só poderia ser lida clandestinamente. Dentre estas estavam notícias e textos sobre práticas emancipatórias desenvolvidas na Europa e obras de Paulo Freire, Guattari, Laing e Cooper, por exemplo. A literatura proibida extrapolava a perspectiva individualista e transpunha a compreensão do ser humano associada ao modelo de família nuclear (Scarpato, 2005). Além disso, os textos continham propostas que produziam questionamentos quanto aos limites e aos efeitos das práticas psicológicas e pedagógicas. Desse modo, emergiam possibilidades de reflexões críticas sobre os trabalhos efetivados e proposições de outros modos de abordagem. Dentre esses se destacavam as práticas participativas e a consideração dos espaços coletivos, o que gerou propostas de trabalhos em comunidades.

O uso do conhecimento psicológico como instrumento de práticas em comunidades teve seus primeiros registros formais na década de setenta (Freitas, 1996; Scarpato, 2005). Tais registros referiram-se à participação de psicólogos em trabalhos associados à esfera da educação e da saúde mental, especialmente no âmbito da prevenção. As ações eram inspiradas na psiquiatria comunitária, um ramo da psiquiatria social voltado para o atendimento à saúde mental de integrantes de comunidades. Para tanto, predominavam propostas de intervenções cujo objetivo era a diminuição da prevalência

de psicopatologias e a promoção processos de adaptação das pessoas ao ambiente, tendo em vista as influências que a cultura e a sociedade exercem sobre elas (Busnelo, 1976; Cowen & Lorion, 1975). Esta abordagem foi adotada como um dos modelos de trabalho no Brasil e orientou diferentes práticas psicológicas em comunidades das classes populares brasileiras. Um dos exemplos desse tipo de intervenção foi o da implantação, na década de setenta, do Centro Médico Social São José do Murialdo, em Porto Alegre (Busnelo, Lewin, Ruschel & Bradley, 1975; Scarpato, 2005).

Mesmo com as restrições dos direitos civis vigentes na época, foram efetuados projetos de extensão das universidades e programas na rede pública de grande impacto. Configurou-se assim, um “consentimento” para intervenções que favorecessem a proximidade entre profissionais de saúde e a população. Tal consentimento poderia ser atribuído à necessidade de acomodar em um “nicho controlável” pessoas cujos modos de pensar divergiam da ideologia imposta pela ditadura. De qualquer forma, algumas narrativas sobre experiências desse tipo, denotam o estabelecimento de linhas de fuga ao controle ditatorial. É o caso da organização de grupos clandestinos para estudar textos proibidos pela censura e da inserção de intelectuais em trabalhos comunitários como, por exemplo, os efetivados nas Comunidades Eclesiais de Base (Scarpato, 2005; Teixeira, 1988).

Com o desgaste da Ditadura Militar no Brasil, em meados dos anos setenta, eram freqüentes as manifestações populares contra a repressão política. Também proliferava no País a mobilização popular favorável à anistia dos presos políticos. No âmbito econômico, começaram a aparecer cobranças dos países credores. A dívida externa dilapidava as reservas brasileiras. Discordâncias quanto ao início da abertura política era motivo de crises no Governo Militar. Mesmo assim, persistiam as políticas desenvolvimentistas pautadas na abertura ao capital estrangeiro e à distribuição desigual das riquezas (Brenner, 1998; Ribeiro, Alencar & Ceccon, 1997).

A participação de intelectuais em movimentos de emancipação política era crescente. Na psicologia, concomitantes aos processos de instituição dos Conselhos Federal e Regional da profissão, emergiam manifestações que procuravam desmistificar as teorias psicológicas, discutindo suas origens ideológicas e os valores subjacentes às lógicas postuladas. Era um momento no qual uma significativa parcela da categoria questionava o papel e a responsabilidade social da psicologia, associando-os aos preocupantes aspectos sociais e políticos da realidade brasileira de então.

Como decorrência, a relevância social da psicologia passou a ser alvo de problematizações, o que recrudescu a premência de transformações epistemológicas na

área, tendo em vista o conhecimento e a crítica acerca dos condicionamentos históricos, sociais e técnicos (Bernardes, 1998; Lane & Sawaia, 1995).

Com o avanço da abertura política e dos movimentos sociais a ela associados, muitas práticas psicológicas se integraram às perspectivas de emancipação social. O movimento pelas eleições diretas, nos anos oitenta e a mobilização popular pelo "impeachment" presidencial no início da década de noventa, tornou mais intenso o sentimento e a importância do pertencimento ao coletivo. O movimento constituinte e a promulgação da "Constituição Cidadã", em 1988, fizeram com que as expressões inclusão, igualdade e cidadania fossem mais freqüentes na produção de conhecimentos e nas práticas de psicólogos. Além disso, na esfera da saúde coletiva, foram fundamentais a Reforma Sanitária, as Conferências de Saúde e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A efetivação dos propósitos do SUS, por exemplo, objetiva o afastamento do mercado como principal critério para a organização dos serviços, na medida em que a saúde é considerada um direito constitucional. Os princípios de universalidade, equidade e integralidade, assim como a inevitável demanda por ações efetivas para a humanização do atendimento, são caracterizados como direitos de todos os cidadãos. Além disso, a perspectiva de regionalização das práticas prioriza as especificidades sociais, abrindo espaços de criação de estratégias direcionadas para a história e a cultura das populações para as quais se dirigem as estratégias de saúde.

Atrair as práticas cotidianas a essas prerrogativas tem significado, desde então, pensar psicologia na dimensão da universalidade, da equidade, da integralidade e da participação da comunidade no planejamento, na gestão e na avaliação das ações no campo da saúde e, mais recentemente, da assistência.

Ao mesmo tempo, a perspectiva social das práticas psicológicas tem sido pauta de reflexões diversas o que tem ampliado a produção de pensamentos e os sentidos sociais atribuídos para as práticas psicológicas. Neste cenário, originam-se propostas nas quais é evidente a criação de práticas em diferentes âmbitos do trabalho no campo social. Isso provoca o enfrentamento contínuo de desafios que incitam a invenção de práticas, a reflexão teórica sobre elas e o olhar cuidadoso para os seus efeitos, tendo em vista os desdobramentos que se efetivam, as reações provocadas e a ética que as sustenta (Dimenstein, 2000; Freitas, 2004; Guareschi, 2004).

Entretanto, o trabalho social não tem sido a perspectiva mais freqüentes nas escolhas profissionais de psicólogos. Parece que o imaginário que fundamenta grande parte da formação e dos projetos profissionais, se refere à lógica do profissional autônomo, bem sucedido, res-

paldado por um amplo cadastro de "pacientes particulares". Tais "pacientes" são consumidores contumazes das "verdades" que a psicologia pode lhes fornecer para garantir o lugar de "pessoa normal". Esta opção substantiva a psicologia como um instrumento de manutenção de lógicas naturalizantes dos fenômenos de controle e aniquilação das possibilidades de compreender e articular espaços alternativos de produção de vida.

Dentre aqueles profissionais que optam pelo trabalho no âmbito coletivo, muitos têm nas diferentes abordagens da Psicologia Comunitária suporte teórico e metodológico para estruturar suas práticas. Assim, na medida em que se considera a comunidade como uma categoria de análise e intervenção relevante no campo da psicologia, este tem sido um campo que denota diversidades tanto na esfera filosófica quanto na política, tendo em vista os contextos de inserção e os projetos sociais e políticos que legitimam suas práticas (Freitas, 2004). Desse modo, para compreender as articulações contemporâneas entre psicologia e comunidade, é relevante considerar o conceito de comunidade e as construções protagonizadas pela psicologia neste espaço.

Comunidade: Cenário para Construir Conhecimentos a Partir das Relações

O termo comunidade é polissêmico e tem-se caracterizado por fornecer amplas e diversificadas possibilidades de problematização. Diferentes campos do saber têm refletido sobre esta categoria de análise tendo em vista contextos históricos e políticos. Como em qualquer conceito formulado, o de comunidade se conforma às dinâmicas sociais que se processam em cada espaço-tempo. Na perspectiva da psicologia social crítica, Bader Sawaia (2000) examinou algumas dessas formulações. A autora mostrou a relevância da dicotomia indivíduo-sociedade para o estabelecimento das concepções de comunidade no decorrer dos processos históricos de produção de conhecimentos. Constatou que na medida do avanço das relações comunitárias se fortaleceram utopias individualistas e vice-versa.

No contexto da globalização, a comunidade pode ser depositária da utopia de conversão do egoísmo, da exclusão e da fluidez presentes nas relações humanas. Tal utopia atribui ao espaço das comunidades vivências de parceria e de solidariedade e reaviva a esperança de pertencimento a um grupo desprovido de interesses individualistas (Bauman, 2003).

Se examinarmos conceitos já considerados clássicos de comunidade como, por exemplo, os formulados por Nisbet (1975) e Tönnies (1947/1887), as características de continuidade, intimidade e engajamento em crenças comuns estão presentes e reforçam a idéia de que tais atributos são constitutivos do espaço comunitário. A as-

sociação dessas formulações aos modos de vida contemporâneos torna evidente o descompasso entre a lógica predominante nas relações da “sociedade líquida” (Bauman, 2001) e os projetos norteados pelas relações comunitárias.

Assim como as considerações de Bauman (2003) têm provocado reflexões e debates, a concepção de comunidade tem sido foco de interesse e de conflitos desde modernidade. Sua lógica era, então, considerada obstáculo ao progresso e representava a persistência das tradições a serem vencidas. Ao mesmo tempo, o pensamento conservador da época tinha na comunidade o modelo ideal de sociedade, ameaçado pelo individualismo e pelo racionalismo, característicos da lógica da modernidade embrionária (Sawaia, 2000).

A desconstrução deste conceito, então, está marcada pelos processos de industrialização e de formação do estado-nação os quais favoreceram fenômenos de fragmentação da sociedade. Nesse contexto, a busca livre pelo lucro promoveu a dissociação entre produtores e fontes de subsistência, a ruptura entre laços morais e emocionais e propiciaram os modos de vida capitalistas com seus ritmos regulados externamente. Além disso, a racionalidade predominante impôs rotinas e processos de naturalização dos padrões de conduta “abstratamente projetados e ostensivamente artificiais” (Bauman, 2003, p. 39). A partir do atrelamento a padrões abstratos e naturalizados dos modos de ser e viver humanos, as relações sociais são pautadas pelo privilégio de minorias e, conseqüentemente, pela multiplicação incontrolável de pessoas não reconhecidas pela sociedade que as segrega e/ou descarta (Bauman, 2005).

Esse modo de articular relações sociais coopta o conceito de comunidade e estabelece a construção de guetos que perpetuam e aprofundam a divisão social de classes. A partir de tal conformação homogeneidades e diferenças são determinadas pela divisão de classes. Ou seja, os espaços sociais são disponibilizados de acordo com o lugar social ocupado pelos sujeitos, por exemplo, condomínios fechados ou favelas. Assim, os guetos traduzem a negação da comunidade, enquanto o comunitarismo permanece uma demanda presente (Bauman, 2003).

Numa sociedade na qual parceiros são adotados ou descartados, de acordo com sua utilidade e funcionalidade, os compromissos por tempo indeterminado e os vínculos mais duradouros poderiam interromper ou ameaçar os modos de vida contemporâneos. Nesse caso, que elementos teríamos para sustentar a idéia de comunidade? Que espaços poderiam ser engendrados para enfrentar o refinamento histórico das formas de exploração e controle traduzidas no desemprego, na desestabilidade e nas incertezas?

Penso que a questão das relações comunitárias, ou qualquer outra questão, não pode se restringir às dicotomias antagônicas que polarizam conceitos (como individualismo e coletividade), e revigoram as lógicas naturalizantes que adotam e impõem modelos impeditivos dos processos de criação humana. Bom e mau, certo e errado, real ou irreal traduzem universos fechados, sem possibilidades de problematizações e, conseqüentemente sem produção de pensamentos e modos de existência. A questão das utopias se vincula a essa lógica dicotômica. Existe um espaço *essencialmente bom*, no qual as pessoas *sempre* vão fazer o que é *verdadeiramente certo* e terão ótimas condições de vida, constituirão relações harmônicas e terão uma convivência afortunada e venturosa. Essas são as promessas que estruturam religiões há milênios e compõem peças publicitárias há muito tempo.

Desta forma, o conceito de comunidade, assim como qualquer outro, precisa ser examinado em contexto, tendo em vista os sentidos que produz e, conseqüentemente, as práticas que abriga. Posso falar na comunidade como um não-lugar, uma utopia, mas posso usá-la como modo de falar de um lugar no qual pessoas convivem e contatam com a alteridade.

Considero a comunidade como mais um lugar imprevisível, no qual as pessoas vivem seu cotidiano (Campos, 1992) e se relacionam, traduzindo os modos de vida contemporâneos, tanto na fragmentação e naturalização da vida quanto na possibilidade de desejar, conviver e criar. Neste espaço, podem ser articuladas práticas sociais e, quem sabe, o não-lugar delimitado pelas utopias seja apenas um sonho, que como disse Galeano (1994), está no horizonte, é inatingível, mas nos leva a caminhar.

Psicologia Comunitária: Construção Coletiva de Práticas Psicológicas

A Psicologia Comunitária dedica-se a estudar, compreender e intervir no cenário de questões psicossociais que caracterizam uma comunidade. Salienta-se por sua praticidade e pela diversidade das opções teóricas e intencionalidades que estruturam seus fazeres. Irma Serrano-Garcia e Collazzo (1992) desenvolveram um estudo comparativo no qual procuraram explicitar as diferenças evidentes entre as práticas de Psicologia Comunitária nos EUA e na América Latina. Para tanto, examinaram experiências realizadas em comunidades, tendo em vista os marcos conceituais que caracterizavam os fazeres em comunidades em cada um desses territórios. Dentre os resultados deste estudo está a delimitação de modos de desenvolver Psicologia Comunitária. As práticas estadunidenses revelaram a adoção de intervenções estruturadas na psiquiatria clínica comunitária, na psicologia condutista, na perspectiva ecológico-contextual e na psicologia organizacional,

entre outras. Já na América Latina, a análise dos dados ressaltou maior diversidade de marcos conceituais que revelaram a busca de apoio na dialética marxista, em estudos transculturais, na preocupação com o desenvolvimento social e econômico, com a tecnologia, com a ação e mudança social e com a interdependência entre fatores estruturais, psicológicos e condutuais.

Dentre os marcos conceituais ressaltados pelos autores para descrever o trabalho Social Comunitário predominante na América Latina, está a Psicologia Social Comunitária. Essa, por seu caráter histórico-crítico e generalista, tem sido um campo de trabalho no qual a interlocução com os movimentos sociais e com outros saberes pode inspirar práticas atentas à complexidade do cotidiano.

A adoção da comunidade como lócus do interesse da psicologia foi considerada tardia. A Psicologia Comunitária como disciplina só foi assim denominada em 1965 (Montero, 1994a) e o conceito de comunidade como categoria de análise das ciências psicológicas somente foi utilizado a partir dos anos setenta (Sawaia, 2000). Até então, o estudo das comunidades era mais afeito, principalmente, aos campos da sociologia e da antropologia.

As interlocuções entre psicologia e comunidade se intensificaram na medida em que as práticas psicológicas dialogaram com outras áreas, com o saber popular e com os contextos sócio-políticos nos quais se estabeleciam. A experiência de vivenciar um conflito da dimensão da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, marcou os modos de pensar, viver e agir da humanidade. No âmbito da Psicologia Social aconteceram mudanças que modificaram de tal forma essa esfera do saber que Hitler foi jocosamente mencionado como importante intercessor nos processos de construção da Psicologia Social Moderna (Farr, 2002). Dentre os aspectos que contribuíram para tais transformações está a necessidade de repensar os processos sociais e as relações entre teorias, práticas, processos de investigação, produção de conhecimentos e as éticas que os justificam.

Esse movimento dialógico inaugurou perspectivas psicológicas. Assim, aspectos familiares, ambientais e culturais passaram a compor mais enfaticamente as teorias, ampliaram as concepções de saúde mental e, conseqüentemente, as possibilidades de integração entre psicologia e comunidade. Por exemplo, no final da década de cinquenta integrantes do "Institute of Community Studies" divulgaram a pesquisa "*Family and Kinship in East London*". Esse estudo demonstrou que, na época, havia expectativa de diluir a uniformidade, a estabilidade e a insipidez dos tempos pós-guerra. Existiam, na época, publicações, nas quais os atrativos emocionais dos estudos comunitários eram ressaltados, estimulando as pesquisas, reflexões e, até mesmo, obras literárias

dedicadas à dicotomia antagônica entre comunidade e individualidade (Bender, 1978).

As dicotomias e antagonismos também se evidenciavam em movimentos sociais da época que denunciavam contradições, desigualdades e inconsistências entre direitos humanos e os modos de relação que vigoravam na sociedade. É o caso da militância anti-racista e dos movimentos feminista e estudantil, por exemplo. Ao mesmo tempo, políticas sociais articulavam bem-estar e avaliação dos serviços em saúde nos Estados Unidos da América e na Europa (Vianna, 1991). Além disso, os movimentos da antipsiquiatria e institucionalista questionavam os conceitos e as práticas de saúde mental e a psiquiatria de setor deixava de ser uma proposta para tornar-se uma ação efetiva que muito influenciou na ampliação e diversificação da psicologia como prática.

Como já vimos anteriormente na América Latina, as ditaduras decretavam a morte civil em grande parte dos países do continente. A experiência de viver nesse contexto de repressão e sofrimento provocou, por parte de alguns intelectuais, questionamentos quanto à responsabilidade social da Psicologia. Referindo esse período, Lane (1996, p. 68) afirmou: "Diante desse quadro o nosso cotidiano não nos permitia ficar em torres de marfim pesquisando neutramente". Emergiram, então, iniciativas de aproximação entre psicologia e comunidades de classes populares, numa tentativa de deselitizar as práticas psicológicas e marcar sua relevância social (Scaparo, 2005).

Na Argentina, Enrique Pichon-Riviere e José Bleger enfatizaram a efetivação de trabalhos sociais como ponto de partida para mudanças epistemológicas e práticas nos enfoques de Psicologia Social (Bleger, 1992). Apoiados em idéias marxistas e na psicanálise, amplamente difundida na Argentina, esses intelectuais empenharam-se em refletir teoricamente fenômenos grupais. Tal esforço possibilitou o entendimento dos processos de grupos, instituições e comunidades, através da problematização das suas especificidades (Pichon-Rivière, 2000). José Bleger tentou consolidar saberes sobre a subjetividade no âmbito da teoria marxista (Rodrigues, 2004) e associou o conceito de psicohigiene (Bleger, 1992) ao trabalho comunitário. Para tanto, referiu a necessidade de considerar o cotidiano das populações e questionou as práticas de patologização dos fenômenos humanos.

Na área da Sociologia, a indignação com a precariedade da vida das populações oprimidas e o desejo de mudar essa condição também caracterizou propostas de inserção junto às classes populares (Montero, 1994b). O colombiano Orlando Fals Borda (1979), por exemplo, associou a categoria *consciência* à construção de uma Sociologia militante, na qual a busca de transformação social só poderia ocorrer na conjugação de saberes,

fazer e contextos. Do mesmo modo, Paulo Freire abriu espaços sociais para a Educação Popular, uma proposta político-pedagógica emancipatória que anseia por esforços coletivos de humanização (Freire, 2004). O contato com pensamentos que bradavam pela instauração de críticas quanto às circunstâncias políticas e sociais vividas criou, no âmbito da psicologia, movimentos de crítica ao determinismo, a exclusão de modelos únicos de fazer científico e o abandono do sentido da psicologia como um objeto dado.

No final dos anos 70, foi criado, na Venezuela, o Centro a Serviço da Ação Popular. Apoiados na pesquisa-ação, seus integrantes envolveram-se em trabalhos educacionais e de organização comunitária, além de estruturar unidades de produção. A multiplicação de práticas desse tipo facilitou sua adoção pelas universidades. Através do trabalho de estudantes, projetos comunitários aconteceram em Porto Rico, na Venezuela, no Brasil e no México entre outros países (Freitas, 1998; Lane, 1996).

A ampliação de trabalhos comunitários implicou a necessidade de intercâmbio da comunidade científica. Havia dificuldade de comunicação entre os pesquisadores e poucos recursos para a divulgação dos trabalhos. Em função disso, foi criada a Associação Venezuelana de Psicologia Social – AVEPSO – em 1980 (Bernardes, 1998). No Brasil, durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Social – a ABRAPSO (Freitas, 1996). Essa pretendia favorecer a articulação de uma *Psicologia Social Crítica* (Lane & Sawaia, 1995, p. 7) com possibilidades transformadoras.

Nos anos seguintes recrudesceram cursos de graduação e pós-graduação na área. As universidades abriram espaços para trabalhos comunitários articulando produção de conhecimentos e trabalho social. É o caso do estudo realizado por Montero (1994c) que descreve seu trabalho junto à população das imediações de Caracas. Ao divulgar o trabalho a autora apontou para a necessidade de discutir as bases epistemológicas e as ideologias subjacentes às práticas comunitárias. Esse tem sido um desafio continuado na medida em que habitamos tempos e espaços em movimento.

Contemporaneamente, a relação psicologia-comunidade se edita tendo em vista outras perspectivas. As transmutações ocasionadas pelo acirramento do processo de globalização articularam maneiras diversas de significar o mundo e de viver coletivamente. A lógica instrumental se estabelece nas tensas relações humanas a partir da economia e da política. A convivência caracteriza-se pela premência de espaços e de tempos, pela racionalização exacerbada, por processos de desterritorialização e pela predominância de impessoalização

nas relações (Bauman, 2001). Nessa perspectiva, é pertinente refletir sobre a Psicologia Social Comunitária considerando a contribuição dessa perspectiva de estudo e trabalho para a formação profissional.

Formação e Compromissos Sociais

As práticas psicológicas, dentre essas aquelas dedicadas à formação de psicólogos, consubstanciam-se em processos de interconexão entre acontecimentos, pensamentos e reações que estabelecem ritmos diferentes para o conhecimento e, conseqüentemente, mudanças epistemológicas. A partir de tais mudanças incluem-se no campo da ciência psicológica objetos inusitados. Alguns negligenciados ao longo dos tempos, outros, que traduzem os objetivos, fins e intenções de uma época.

Assim, ao abordar questões relativas à formação profissional é importante que levemos em conta o momento histórico vivido no exame dos projetos sociais que justificam e estruturam as propostas curriculares e seus desdobramentos. A psicologia, como profissão tem sido caracterizada pela prevalência de modelos característicos da sociedade ocidental moderna e, em muitas ocasiões, posiciona-se com distanciamento dos contextos históricos e culturais nos quais se processam os fenômenos de interesse para a área. Como decorrência, são muitas as contradições entre os modelos e estratégias profissionais disponíveis e as propostas ou demandas advindas das diferentes circunstâncias de vida.

Um dos exemplos de tais contradições é a discrepância entre a necessidade de trabalho no âmbito das políticas sociais e o despreparo dos profissionais para enfrentar os desafios relativos a esse campo de trabalho. Esse enfrentamento implica em assumir o compromisso de compreender a magnitude das questões abordadas ao planejar, gerir e avaliar ações. Para tanto, é urgente que a formação favoreça o conhecimento e a crítica dos pressupostos das políticas sociais e da amplitude do espaço público. Caso contrário podem se multiplicar práticas elitistas e inacessíveis às pessoas para as quais se supõe igualdade de direitos.

Pensamos que o processo de formação precisa legitimar a necessidade de revisão e questionamento das práticas cotidianas no sentido de articular estratégias de ensino e processos emancipatórios. Desse modo é imprescindível problematizar e discutir a própria psicologia no que se refere aos sentidos que tem produzido, aos papéis dos quais apropria e às idéias que veicula, articulando uma gama de instâncias simbólicas implicadas no processo de subjetivação contemporânea.

A perspectiva de trabalho resultante só é possível, portanto, se imbricada na aprendizagem continuada, o que exige que o profissional envolvido na tarefa se arti-

culas em diferentes direções, sendo receptivo a outros saberes, aos imprevistos e às eventuais mudanças de percurso.

Essas condições supõem sujeitos criadores e propositivos. Por decorrência se trata de pessoas e grupos dispostos a tomar para si a responsabilidade de gerar acontecimentos. Neste contexto não há possibilidade de obediência cega a padrões uniformes e rituais preestabelecidos.

Para tanto é urgente que a aprendizagem, base da formação profissional se estruture na prática, na vivência de experiências e no exercício da efetivação de projetos que articulem e transformem as perspectivas do mundo acadêmico e da população numa autêntica produção de saberes compartilhada.

Nos princípios e compromissos estipulados pelo Ministério de Educação e Cultura, nas diretrizes curriculares para o ensino superior, as expectativas para a formação do psicólogo se referem à habilidade em lidar com a diversidade em contexto. Tais diretrizes se dirigem para práticas sociais e para a formação de profissionais generalistas, com perspectivas interdisciplinares e que respondam criativamente às demandas da população a qual se dedica, considerando suas especificidades. Ou seja, ao modelo profissional sugerido está associado à habilidade de compreensão integral e contextualizada dos fenômenos psicológicos.

Se considerarmos questões relativas à formação profissional no Brasil, veremos que psicólogos pretensamente "formados", no mais das vezes, estão presos a modelos descontextualizados de inserção no trabalho. Persistem projetos profissionais em que o trabalho é significado como atendimento no âmbito privado, em espaços convencionais como gabinetes ou consultórios. Este modelo estrutura seu projeto profissional e social a partir da lógica do consumo, o que sugere o atendimento ao cliente privado e não ao integrante de uma rede pública de atenção básica.

Observamos frequentemente práticas formadoras associadas a um processo de idealização do fazer profissional que se estrutura em perspectivas extemporâneas e fragmentadas. É preciso, então, compreender a formação como um processo generalista de educação permanente que supõe um sujeito criador que redesenhe ciência e profissão na praxis. Cabe ressaltar que essa não é uma tarefa pequena ou simples. Para tanto, é necessário abandonar os territórios de conforto conquistados com a adoção de modelos convencionais de produção de conhecimento e atuação profissional. Por exemplo, a perspectiva unidisciplinar, centrada na psicologia, para compreender os fenômenos que se precipitam no cotidiano da comunidade é restritiva e reduz a complexidade das relações coletivas e das próprias possibilidades das di-

ferentes áreas do conhecimento em promover espaços de diálogo e reflexão. Assim, um dos primeiros desafios é a transformação de práticas unidisciplinares em busca de construção de relações interdisciplinares.

A busca de uma identidade se transforma num processo tecido continuamente, na medida dos acontecimentos, das leituras, dos diálogos, da passagem do tempo vivido... O profissional constitui-se e reconhece-se na relação com o inusitado e na criação da psicologia.

As propostas de trabalho social comunitário têm como pressupostos as práticas interdisciplinares, reflexões teóricas sobre as experiências cotidianas, socialização de saberes, participação e exame crítico das implicações políticas de cada prática (Campos, 1992). Nessa dimensão a formação precisa priorizar a construção de espaços para a constituição de vínculos, de valorização de projetos coletivos nos quais os conhecimentos sejam instrumentos emancipatórios e, ao mesmo tempo, objetos de análise e produção de pensamento. A efetivação desses movimentos problematiza a manutenção de hegemonias, duvida de códigos tidos como verdades inquestionáveis, reformula idéias e ressignifica práticas. Curiosamente, se nos dedicarmos ao exame das trajetórias de construção da Psicologia Social Comunitária na América Latina, encontraremos relatos de ações contra-hegemônicas, questionadoras e criativas no que tange à produção de pensamentos e à proposição de práticas.

Formar-se ou Assumir a Condição de Autor?

Ao associar aspectos da história da psicologia no Brasil, com perspectivas da psicologia comunitária e as práticas relativas à formação de psicólogos não poderíamos deixar de considerar a vivência cotidiana com o impermanente que nos impõem os modos de vida pós-modernos (Bauman, 2001). Conhecimento, formação e comunidade são apenas alguns dos conceitos que tem sofrido propostas radicais de transformação na esteira de mudanças paradigmáticas em todos os níveis de compreensão humana. Ou seja, as promessas de verdade e ordem do projeto da modernidade dão lugar ao cultivo inexorável de incertezas e indeterminações (Bauman, 2003).

As dúvidas e perplexidades se mostram contundentes no que toca aos espaços e às formas de convivência social. No que se refere ao âmbito educacional é óbvia a falência da concepção epistemológica baseada na praticidade positivista que valoriza a idéia de profissão instrumental, suficientemente potente para solucionar problemas a partir da aplicação de rigor científicos e métodos eficientes. Curiosamente esta concepção é predominante nos cursos de formação acadêmica, apesar

da constatação de que ela não atende às exigências cotidianas para o profissional nos contextos de inserção nos quais poderia atuar (Gomes & Casagrande, 2002).

O descompasso entre demandas sociais e formação denota fragmentações que se traduzem em dissociações entre fazer e saber, rupturas entre laços morais e emocionais e propiciaram um contingente cada vez maior de pessoas tituladas na academia e não reconhecidas pela sociedade que as segrega e/ou descarta perpetuando e aprofundando as mazelas sociais contemporâneas.

O entendimento das questões relativas à formação profissional deve partir da problemática da própria construção do conhecimento psicológico, tendo em vista os sentidos que produz e, conseqüentemente, as práticas que abriga. Ou seja, a formação não pode prescindir do conhecimento de diferentes paradigmas e da contínua tentativa de apreensão dos múltiplos reflexos e possíveis efeitos que caracterizam as práticas associadas a cada um.

Desse modo, os processos educacionais, a exemplo da história de construção das práticas sociais em comunidades, precisam se apoiar na discussão contínua da ética dos projetos sociais que os sustentam. Como decorrência, o sujeito abandona a condição de alguém a “ser formado” e assume autoria da construção da sua prática profissional, revisando conceitos e marcas identitárias. Tal autoria se processará pela ocupação do lugar de origem do fazer profissional e ser por ele responsável. Assim, adquire e ressignifica saberes, propõe interlocuções na diversidade e articula continuamente imaginação, consciência histórica e ética.

Referências

- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2005) *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bender, M. (1978). *Psicologia da comunidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Bernardes, J. (1998). História. In M. Jacques (Ed.), *Psicologia Social Contemporânea* (pp. 19-35). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bleger, J. (1992). *Psico-higiene e psicologia institucional* (3. ed.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Borda, O. (1979). *As revoluções inacabadas na América Latina: 1809-1968*. São Paulo, SP: Global.
- Brenner, J. (1998). *Jornal do Século XX*. São Paulo, SP: Moderna.
- Busnello, E. (1976). *A integração da saúde mental num sistema de saúde comunitária*. Tese de Livre docência não-publicada, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Busnello, E., Lewin, I., Ruschel, S., & Bradley, P. (1975). *Projeto de um Sistema Comunitário de Saúde*. Porto Alegre, RS: Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.
- Campos, R. (1992). Trinta anos de regulamentação: Análise de Regina Helena Freitas Campos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 12(1), 05-07.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor.
- Cowen, E., & Lorion, R. (1975). Multiple views of a school mental health project: A needed focus in community programs. *Community Mental Health*, 11, 203-207.
- Dias, C. (2001) Considerações sobre elaboração de currículos para formação de psicólogos a partir de uma perspectiva didática. *Psicologia Ciência e Profissão*, 21(3), 36-49.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: Implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-122.
- Farr, R. (2002). *As raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freire, P. (2004). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Freitas, M. (1996). Psicologia na comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária: Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. Campos (Ed.), *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia*. (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. (1998). Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária: Uma conciliação possível? In L. Souza, M. Freitas & M. Rodrigues (Eds.), *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes* (pp. 83-108). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Freitas, M. (2004). Desafios contemporâneos à Psicologia Social Comunitária: Que visibilidade e que espaços têm sido construídos? *Psicologia e Argumento*, 22(36), 33-47.
- Galeano, E. (1994). *As palavras andantes*. Rio de Janeiro, RJ: L&PM.
- Guareschi, P. (2004). *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Gomes, J., & Casagrande L. (2002) A educação reflexiva na pós-modernidade: Uma revisão bibliográfica. *Revista Latinoamericana de Enfermagem*, 10, 696-703.
- Lane, S. (1996). Para pensar... e depois fazer! *Psicologia e Sociedade*, 8(1), 3-15.
- Lane, S., & Sawaia, B. (1995). La Psicología Social Comunitária en Brasil. In E. Wiesenfeld & E. Sánchez (Eds.), *Psicologia Social Comunitária: contribuciones latinoamericanas* (pp. 69-115) Caracas, Venezuela: Fondo Tropykos.
- Montero, M. (1994a). Vidas paralelas: Psicologia Comunitária en latinoamérica y en Estados Unidos. In M. Montero (Ed.), *Psicologia Social Comunitária* (pp. 19-46). Guadalajara, México: Universidade de Guadalajara.
- Montero, M. (1994b). Un paradigma para la Psicología Social: reflexiones desde el quehacer en America Latina. In M. Montero (Ed.), *Construcción crítica de la Psicología Social*. (pp. 27-47) Barcelona, España: Anthropos.
- Montero, M. (1994c). Indefinición y contradicciones de algunos conceptos básicos en la Psicología Social. In M. Montero (Ed.), *Construcción crítica de la Psicología Social* (pp. 109-123) Barcelona, España: Anthropos.

- Nisbet, R. (1975). *The twilight of authority*. New York: Oxford University Press.
- Pichon-Rivière, E. (2000). *O processo grupal*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Porto, L. (1999). Seqüestro e medo no Rio Grande do Sul. In C. Urbim (Ed.), *Rio Grande do Sul: Um século de história* (pp. 630-631) Porto Alegre, RS: Mercado Aberto.
- Ribeiro, M., Alencar, F., & Ceccon, C. (1997). *Brasil vivo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, H. (2004). O homem sem qualidades. História oral, memória e modos de subjetivação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(2). Retirado em 22 abr. 2007, de <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo>
- Sawaia, B. (2000). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. Campos (Ed.), *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Scaparo, H. (2005). *Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul: Registros da construção de um saber-agir*. Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Serrano-Garcia, I., & Collazo, W. (1992). *Contribuciones portorriqueñas ala psicología social-comunitaria*. Rio Piedras, Puerto Rico: Editorial de La Universidad de Puerto Rico.
- Teixeira, F. (1988). *A gênese das CEBs no Brasil: Elementos explicativos*. São Paulo, SP: Paulinas.
- Tönnies, F. (1947). *Comunidad y sociedad*. Buenos Aires, Argentina: Losada. (Original publicado em 1887)
- Vianna, M. (1991). Notas sobre política social. *Physis*, 1(1), 133-159.

Helena Beatriz Kochenborger Scaparo é psicóloga, mestre em Educação e doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Atualmente é conselheira titular do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e professora da PUC-RS. Endereço para correspondência: PUC-RS, Faculdade de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar. Avenida Ipiranga, 6681, Partenon, Porto Alegre, RS, 90619-900. Telefone: (51) 33203500; Ramal: 3550; Fax: (51) 32003614. scaparo@puhrs.br

Neuza Maria de Fátima Guareschi é psicóloga, especialista em Psicologia do Trabalho e Organizacional e mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela PUC-RS. Doutora em Educação pela University of Wisconsin - Madison. Atualmente é Professor com dedicação exclusiva da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Conselheira da Associação Brasileira de Psicologia Social, Coordenadora do Comitê de Avaliação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, Conselheira do Conselho Regional de Psicologia e Tesoureira da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Endereço para correspondência: PUC-RS, Faculdade de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar. Avenida Ipiranga, 6681, Partenon, Porto Alegre, RS, 90619-900. Telefone: (51) 33203500; Ramal: 3633; Fax: (51) 33203633. nmguares@puhrs.br

Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional

Helena Scaparo e Neuza Guareschi

Recebido: 16/10/2006

Aceite final: 18/07/2007

1ª revisão: 24/06/2007